

Ao

Senhor Pregoeiro (a) da Comissão de Licitação da Administração Pública da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Sapucaí - MG

Referência: Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 026/2026

Processo Licitatório nº 064/2026 – Registro de Preço nº 026/2026

IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

(Impugnação ao Edital de Licitação)

COMERCIAL PITIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 21.942.511/0001-00, com sede a Alameda Miguel Paschoal, nº 155 – Vale dos Ipês, cidade de Varginha–MG, neste ato representado pelo Sr. Luiz Eduardo Rabelo Cintra, Brasileiro, Casado , Sócio – Gerente , portador da Carteira de Identidade nº MG 11.952.272 SSP MG e do CPF nº 058.416.256-16, vem, nos termos do artigo 164, §1º, da Lei nº 14.133/2021, apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026**, em virtude de inconsistências e pontos passíveis de adequação relacionados à legalidade, a isonomia, a competitividade, o equilíbrio econômico-financeiro e o interesse público, pelos fundamentos que passa a expor.

I – DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS DO DIREITO

- 1.1- O respeitável julgamento desta **Impugnação Administrativa** aqui apresentada recai neste momento para sua responsabilidade, o qual a **IMPUGNANTE** confia na lisura, na isonomia e na imparcialidade a ser praticada no julgamento em questão evitando assim a busca pelo **Poder Judiciário** para a devida apreciação deste Processo Administrativo onde a todo o momento



35 3214-1183



comercialpitia.com.br
comercialpitia@yahoo.com.br



Av. Celina Ferreira Ottoni, 5105.
Padre Vitor. Varginha - MG.

demonstraremos nosso **direito plenamente amparado pela legislação vigente** com o único objetivo da garantia real da igualdade entre os licitantes participantes.

1.2- A **IMPUGNANTE** faz constar o seu pleno direito jurídico a **IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA** ao Edital de Licitação e as normas vigentes por contrariar os princípios basilares da legislação vigente.

1.3- Do direito a **Impugnação Administrativa**

IV – DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

4.1. Dos pedidos de esclarecimento:

4.1.1. Os pedidos de esclarecimento referentes a este Processo Licitatório deverão ser enviados ao(à) Pregoeiro(a), até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da Sessão Pública, *exclusivamente por meio eletrônico*, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas, no endereço eletrônico **www.portaldecompraspublicas.com.br**, observado o disposto no Art. 164 da Lei Federal N.º 14.133/2021.

4.1.2. Os pedidos de esclarecimento serão respondidos no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.1.3. *As respostas dadas aos pedidos de esclarecimento vincularão os participantes e a Administração.*

4.2. Das impugnações:



35 3214-1183



comercialpitia.com.br
comercialpitia@yahoo.com.br



Av. Celina Ferreira Ottoni, 5105.
Padre Vitor. Varginha - MG.

4.2.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, observado o disposto no Art. 164 da Lei Federal N.º 14.133/2021.

4.2.2. A impugnação deverá ser enviada ao(à) Pregoeiro(a) ***exclusivamente por meio eletrônico***, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas, no seguinte endereço eletrônico: **www.portaldecompraspublicas.com.br**.

4.2.2.1. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio administrador, ou por pessoa designada para a administração da empresa, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de Estatuto ou Contrato Social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de Procuração Pública ou Particular (na qual conste explicitamente poderes para impugnar o Edital).

4.2.3. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam assinadas por representante não habilitado legalmente para responder pela empresa.

4.2.4. Caberá ao(à) Pregoeiro(a), auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia anterior à data de abertura do certame.

4.2.5. Acolhida a impugnação, o Edital será reformado e será definida e publicada nova data para a realização do Certame.



4.2.5.1. Quando, inquestionavelmente, a alteração do Edital não afetar a formulação de propostas, será mantida a mesma data do Certame.

4.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Certame.

4.4. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio eletrônico

www.portaldecompraspublicas.com.br, e serão publicadas no sítio eletrônico do Município (**www.pmsrs.mg.gov.br**), sendo de responsabilidade dos interessados o seu acompanhamento.

II - DA IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA – FATOS E FUNDAMENTOS

2.1- Trata-se do edital, sob critério de “**MENOR PREÇO POR LOTE**”, visando **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOME CARE PARA ATENDIMENTO A PACIENTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE NO ÂMBITO DO SUS – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO A DETERMINAÇÃO JUDICIAL.**

Diz o art. 5º da **Lei Federal nº 14.133/2021**:

Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da



competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

2.2 - SÍNTESE OBJETIVA

A presente impugnação objetiva apontar inconsistências verificadas no Edital do Pregão Eletrônico nº 026/2026, especialmente quanto:

- Ao critério de inexequibilidade previsto no item 8.1.7.5.1, que estabelece percentual de 85% sem justificativa técnica específica e sem previsão expressa de diligência prévia para comprovação da exequibilidade da proposta;
- À exigência de assinatura física “em tinta azul” na proposta readequada, incompatível com a tramitação integralmente eletrônica do certame e com a validade jurídica das assinaturas digitais;
- E à inconsistência na definição da natureza dos itens constantes dos lotes, especialmente quanto ao tratamento de equipamentos e insumos relacionados ao Home Care, ora apresentados como fornecimento unitário, ora como prestação de serviço continuado, gerando insegurança na formulação das propostas e possível comprometimento da competitividade.

Dessa forma, a presente manifestação busca o aprimoramento do edital, visando assegurar maior clareza na definição do objeto, segurança jurídica, competitividade e observância aos princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

2.3 - DA NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DO CRITÉRIO DE INEXEQUIBILIDADE PREVISTO NO ITEM 8.1.7.5.1

Consta no item 8.1.7.5.1 do edital a seguinte previsão:



35 3214-1183



comercialpitia.com.br
comercialpitia@yahoo.com.br



Av. Celina Ferreira Ottoni, 5105.
Padre Vitor. Varginha - MG.

8.1.7.5.1. Considera-se absolutamente inexequível a proposta que reduzir o valor do último lance ofertado em mais de 85% (oitenta e cinco por cento).

Embora seja legítima a previsão de critérios para análise de inexequibilidade das propostas, o percentual estabelecido no edital merece adequação, uma vez que a Lei nº 14.133/2021 estabelece parâmetros específicos para análise da exequibilidade das propostas, especialmente considerando a natureza do objeto contratado.

A legislação prevê como referência:

- **Para materiais e serviços em geral, propostas inferiores a 50% do valor estimado pela Administração;**
- **E para obras e serviços de engenharia, propostas inferiores a 75% do valor orçado pela Administração.**

Entretanto, mesmo nas hipóteses previstas legalmente, a inexequibilidade não gera desclassificação automática da licitante, devendo ser oportunizada a realização de diligência para que a empresa demonstre a viabilidade econômica e operacional de sua proposta, mediante apresentação de documentos e composição de custos.

No presente caso, o edital estabelece percentual rígido de 85% sem apresentar justificativa técnica específica para o índice adotado, além de utilizar critério absoluto de inexequibilidade sem previsão expressa de diligência prévia para comprovação da capacidade de execução contratual.

Tal condição pode resultar em restrição indevida à competitividade e eventual exclusão de propostas potencialmente vantajosas para a Administração Pública, especialmente considerando que o objeto envolve prestação de serviços de Home Care, fornecimento de equipamentos, materiais e insumos hospitalares, cuja composição de custos pode variar significativamente conforme a estrutura operacional de cada licitante.



A Lei nº 14.133/2021 privilegia a análise individualizada da proposta e a busca da proposta mais vantajosa, devendo a Administração oportunizar ao licitante a comprovação da exequibilidade antes de eventual desclassificação.

Dessa forma, requer-se a adequação do item 8.1.7.5.1, para que:

- **O critério de inexequibilidade observe os parâmetros e a sistemática previstos na Lei nº 14.133/2021;**
- **Seja apresentada justificativa técnica para o percentual adotado;**
- **E seja expressamente assegurada a realização de diligência prévia para comprovação da exequibilidade da proposta antes de eventual desclassificação da licitante.**

2.4 DA NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO QUANTO À ASSINATURA DIGITAL DA PROPOSTA READEQUADA

O item 5.4.2 do edital prevê que a proposta readequada deverá estar “**vistada em todas as páginas e assinada em tinta azul**”.



WWW.PMSRS.MG.GOV.BR



5.4.2. A proposta readequada deverá estar vistada em todas as páginas e assinada em tinta azul pelo Representante Legal da empresa, ou por quem dele tenha Procuração com poderes para tal.

Todavia, considerando que o presente certame tramita integralmente em meio eletrônico, tal exigência mostra-se incompatível com os princípios da eficiência, modernização e desburocratização previstos na Lei nº 14.133/2021.

A legislação vigente reconhece plenamente a validade jurídica das assinaturas eletrônicas e digitais,



35 3214-1183



comercialpitia.com.br
comercialpitia@yahoo.com.br



Av. Celina Ferreira Ottoni, 5105.
Padre Vitor. Varginha - MG.

especialmente nos processos administrativos eletrônicos, conforme disposto na Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e na Lei nº 14.063/2020.

Além disso, a própria condução do certame ocorre exclusivamente por meio eletrônico, não havendo razoabilidade na exigência de assinatura física “em tinta azul”, requisito incompatível com os procedimentos digitais atualmente adotados pela Administração Pública.

Dessa forma, requer-se a adequação do item 5.4.2, para que passe a admitir expressamente assinatura digital/eletrônica válida, evitando formalismo excessivo e restrição indevida à participação de licitantes.

2.5 DA INCONSISTÊNCIA NA DEFINIÇÃO DOS LOTES E DA NATUREZA DO OBJETO LICITADO

Após análise do Termo de Referência e da composição dos lotes, verifica-se inconsistência na definição da natureza do objeto licitado, especialmente quanto ao fornecimento de equipamentos, insumos e prestação dos serviços relacionados ao Home Care.

Isso porque determinados itens aparentam ser tratados como fornecimento unitário de materiais/equipamentos, enquanto outros itens semelhantes são tratados como prestação de serviço continuado.

Como exemplo, verifica-se a existência de itens relacionados a **cilindros de oxigênio e concentradores** estruturados aparentemente por unidade de fornecimento em determinado lote, enquanto em outro lote há previsão de “**serviço de concentrador de oxigênio**”.

Tal situação gera insegurança quanto à efetiva natureza da contratação, não ficando claro:

- **Se determinados itens serão objeto de aquisição;**
- **Locação;**



35 3214-1183



comercialpitia.com.br
comercialpitia@yahoo.com.br



Av. Celina Ferreira Ottoni, 5105.
Padre Vitor. Varginha - MG.

- **Comodato;**
- **Ou prestação de serviço continuado com fornecimento vinculado.**

No segmento de Home Care, é comum que determinados insumos, acessórios e materiais operacionais integrem a própria prestação do serviço assistencial, especialmente aqueles diretamente vinculados à execução técnica do atendimento domiciliar.

Contudo, no presente edital, observa-se aparente aquisição individualizada de itens por unidade de fornecimento, circunstância que possui dinâmica operacional, tributária e comercial distinta da prestação continuada de serviços.

Além disso, a atual composição dos lotes apresenta aparente sobreposição entre fornecimento autônomo de equipamentos e prestação de serviços relacionados aos mesmos itens, dificultando a correta formulação das propostas pelos licitantes.

Tal inconsistência pode impactar diretamente:

- **A composição dos custos;**
- **A equalização das propostas;**
- **A competitividade do certame;**
- **E a futura execução contratual.**

A Lei nº 14.133/2021 exige planejamento adequado e definição clara e precisa do objeto licitado, justamente para assegurar segurança jurídica, competitividade e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Além disso, caso os itens constantes dos lotes possuam natureza efetiva de material de consumo autônomo, com fornecimento individualizado por unidade e desvinculado da mera execução operacional do serviço assistencial, mostra-se necessária a reavaliação quanto à possibilidade de segregação entre prestação de serviços e aquisição de materiais.



Isso porque empresas especializadas exclusivamente no fornecimento de materiais e insumos hospitalares podem possuir plena capacidade de atendimento parcial do objeto, circunstância que amplia a competitividade e favorece a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A manutenção conjunta de prestação de serviços continuados com aquisição autônoma de materiais, sem definição clara da natureza contratual dos itens, pode restringir indevidamente a participação de empresas do segmento e comprometer a adequada formulação das propostas.

Dessa forma, requer-se esclarecimento e revisão da composição dos lotes, especialmente quanto à natureza contratual dos equipamentos e insumos relacionados ao serviço de Home Care, evitando interpretações divergentes e garantindo maior clareza na formulação das propostas.

2.6 DA NECESSIDADE DE MAIOR TRANSPARÊNCIA QUANTO AOS VALORES ESTIMADOS DOS ITENS E INSUMOS

O edital adota orçamento sigiloso, divulgando apenas o valor global estimado da contratação.

Embora a Lei nº 14.133/2021 admita, excepcionalmente, a utilização de orçamento sigiloso, tal medida deve observar motivação adequada e não pode comprometer a elaboração segura e precisa das propostas pelos licitantes.

No presente caso, o objeto envolve prestação de serviços de Home Care cumulada com fornecimento de equipamentos, materiais e insumos hospitalares, muitos deles sujeitos à elevada oscilação de preços no mercado.

Além disso, determinados insumos relacionados ao atendimento domiciliar, gases medicinais, equipamentos e materiais hospitalares vêm sofrendo impactos significativos de custo em razão do atual



35 3214-1183



comercialpitia.com.br
comercialpitia@yahoo.com.br



Av. Celina Ferreira Ottoni, 5105.
Padre Vitor. Varginha - MG.

cenário econômico internacional, instabilidade logística e aumento global de preços de insumos decorrentes da atual conjuntura mundial.

Nesse contexto, a divulgação apenas do valor global da contratação pode dificultar a adequada composição dos preços pelos licitantes, especialmente diante da ausência de detalhamento estimado dos itens individualizados constantes dos lotes.

Tal situação pode gerar:

- **Insegurança na formulação das propostas;**
- **Risco de desequilíbrio econômico-financeiro;**
- **Distorções na composição dos custos;**
- **E comprometimento da competitividade do certame.**

A própria Lei nº 14.133/2021 estabelece que o sigilo orçamentário não pode impedir o acesso às informações necessárias para elaboração das propostas, devendo a Administração assegurar transparência suficiente para garantir competição isonômica e contratação vantajosa.

Dessa forma, requer-se esclarecimento quanto à metodologia utilizada para formação dos preços estimados dos itens e avaliação acerca da possibilidade de maior transparência dos valores referenciais unitários relacionados aos insumos e equipamentos constantes dos lotes, especialmente diante da elevada volatilidade de preços atualmente verificada no mercado.

III – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

3.1 Do princípio da igualdade, competitividade e da adequada definição do objeto

A Constituição Federal estabelece que a Administração Pública deve observar, em seus procedimentos licitatórios, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, assegurando igualdade de condições entre os participantes do certame.



35 3214-1183



comercialpitia.com.br
comercialpitia@yahoo.com.br



Av. Celina Ferreira Ottoni, 5105.
Padre Vitor. Varginha - MG.

Nesse sentido, dispõe o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal:

“Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes (...), permitindo apenas as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Dessa forma, o procedimento licitatório deve ser estruturado de maneira clara, objetiva e compatível com a realidade do mercado, assegurando ampla participação de interessados e vedando exigências excessivas, inconsistências técnicas ou condições que possam restringir indevidamente a competitividade.

No mesmo sentido, a Lei nº 14.133/2021 estabelece, em seu art. 5º, os princípios aplicáveis às contratações públicas, dentre os quais destacam-se:

- **Legalidade;**
- **Impessoalidade;**
- **Moralidade;**
- **Publicidade;**
- **Eficiência;**
- **Competitividade;**
- **Isonomia;**
- **Razoabilidade;**
- **E seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.**

A adequada definição do objeto licitado constitui elemento essencial para garantir a segurança jurídica



35 3214-1183



comercialpitia.com.br
comercialpitia@yahoo.com.br



Av. Celina Ferreira Ottoni, 5105.
Padre Vitor. Varginha - MG.

do certame, a correta formulação das propostas e a efetiva competitividade entre os licitantes.

Sobre o tema, o Tribunal de Contas da União consolidou entendimento por meio da Súmula nº 177, ao estabelecer que:

“A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, sendo pressuposto da igualdade entre os licitantes e da adequada formulação das propostas.”

Assim, eventuais inconsistências, indefinições ou sobreposições na estruturação do objeto e dos lotes podem comprometer a elaboração das propostas, gerar insegurança jurídica e restringir a ampla competitividade do certame, circunstâncias que justificam a presente impugnação para fins de adequação do instrumento convocatório.

3.2 – Da doutrina administrativa sobre a igualdade entre os licitantes

A doutrina administrativa é firme no sentido de que a licitação deve garantir tratamento isonômico entre os participantes, vedando qualquer forma de discriminação indevida ou restrição injustificada à participação.

Nesse sentido ensina Hely Lopes Meirelles:

“A igualdade entre os licitantes é princípio impeditivo da discriminação entre os participantes do certame, quer através de cláusulas que, no edital, favoreçam uns em detrimento de outros, quer mediante julgamento faccioso que desigule os iguais ou iguale os desiguais. O desatendimento a esse princípio constitui uma das formas mais insidiosas de desvio de poder.”

(MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 27. ed. São Paulo: Malheiros.)



35 3214-1183



**comercialpitia.com.br
comercialpitia@yahoo.com.br**



**Av. Celina Ferreira Ottoni, 5105.
Padre Vitor. Varginha - MG.**

Ainda segundo o mesmo autor, cabe à Administração, na fase interna da licitação, avaliar as exigências necessárias à execução do objeto, restringindo-se **apenas ao estritamente indispensável à garantia do cumprimento das obrigações contratuais.**

Na mesma linha, **Marçal Justen Filho**, ao comentar a legislação de licitações, ressalta que:

“A ampla competitividade constitui princípio fundamental das licitações, vedando a imposição de exigências desnecessárias ou desproporcionais que possam restringir a participação de interessados no certame.”

IV – DO DEVIDO PEDIDO DE DIREITO

4.1 - Diante de todo o exposto, requer-se a Vossa Senhoria:

- 1- O recebimento e conhecimento da presente Impugnação Administrativa, por ser tempestiva e legalmente cabível, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021;
- 2- A revisão do item 8.1.7.5.1 do edital, especialmente quanto:
 - à necessidade de fundamentação técnica do percentual de inexequibilidade adotado;
 - à adequação aos parâmetros previstos na Lei nº 14.133/2021;
 - e à previsão expressa de realização de diligência prévia para comprovação da exequibilidade da proposta antes de eventual desclassificação da licitante;
- 3- A adequação do item 5.4.2 do edital, para admissão expressa de assinatura digital/eletrônica válida na proposta readequada, considerando a tramitação integralmente eletrônica do certame;
- 4- Caso os itens constantes dos lotes possuam natureza efetiva de material de consumo autônomo e fornecimento individualizado por unidade, requer-se a reavaliação quanto à possibilidade de segregação entre prestação de serviços e aquisição de materiais, visando ampliação da competitividade e participação de empresas especializadas;
- 5- O esclarecimento quanto à metodologia utilizada para formação dos preços estimados dos itens e avaliação acerca da possibilidade de maior transparência dos valores



referenciais unitários relacionados aos insumos e equipamentos constantes dos lotes, diante da elevada volatilidade atualmente verificada no mercado;

- 6- Sendo constatada necessidade de alteração substancial do edital, requer-se a suspensão e republicação do certame, com reabertura dos prazos legais, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.2 - Por fim, espera-se que a presente impugnação seja analisada com a devida atenção pela Administração, de modo a promover os ajustes necessários no edital e garantir a **regularidade do procedimento licitatório, a ampla competitividade entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.**

Nestes termos pede o devido **DEFERIMENTO**.

Varginha - MG, 26 de Maio de 2026.

Luiz Eduardo Rabelo Cintra

RG:MG11.952.272 SSP MG – CPF:058.416.256-16

Comercial Pitia Ltda.



35 3214-1183



comercialpitia.com.br
comercialpitia@yahoo.com.br



Av. Celina Ferreira Ottoni, 5105.
Padre Vitor. Varginha - MG.